A influência dos postulados da Liga Eleitoral Católica (LEC) no processo eleitoral sul-rio-grandense (1946/1947)

Marcos Jovino Asturian[1]

DOI: http://dx.doi.org/10.4025/rbhranpuh.v12i35.48708

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8996-7346

Resumo: Com o advento da democratização – apesar das limitações – é possível reconhecer a construção de uma experiência democrática brasileira (1945-1964) por meio da consolidação dos partidos políticos, do aperfeiçoamento dos mecanismos eleitorais e da ampliação do eleitorado. Nas eleições de 1947, para o governo sul-rio-grandense, o anticomunismo católico permeou o processo eleitoral. O presente trabalho tem por objetivo compreender a influência da Igreja Católica por meio dos ditames apregoados pela Liga Eleitoral Católica (LEC) na propaganda político-partidária do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) veiculada nos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*.

Palavras-chave: Liga Eleitoral Católica. Partido Social Democrático. Partido Trabalhista Brasileiro. Eleições. Rio Grande do Sul.

The influence of Catholic Electoral League (LEC) postulates in the sul-rio-grandense electoral process (1946/1947)

Abstract: With the advent of democratization - despite the limitations - it is possible to recognize the construction of a Brazilian democratic experience (1945-1964) through the consolidation of political parties, the improvement of electoral mechanisms and the expansion of the electorate. In the elections of 1947, for the sul-rio-grandense government, the Catholic anti-communism permeated the electoral process. The present work aims to understand the influence of the Catholic Church through the dictates

[1] Licenciado em História pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI – Campus Erechim, 2006), onde também é especialista em História da América Latina (2008). Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF, 2011) e doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS – PROSUC/CAPES, 2019). Atualmente é professor de história do Instituto Federal Farroupilha – Campus Frederico Westphalen/RS. E-mail: mjasturian@hotmail.com

proclaimed by the Catholic Electoral League (LEC) in the political-party advertising of the Social Democratic Party (PSD) and the Brazilian Labor Party (PTB) published in the *Correio do Povo* and *Diário de Notícia* newspapers.
Key-words: Catholic Electoral League. Social Democratic Party. Brazilian Labor Party. Elections. Rio Grande do Sul.

La influencia de los postulados de la Liga Electoral Católica (LEC) en el proceso eleictoral sur-rio-grandense (1946/1947)

Resumen: Con el adviento de la democratización – a pesar de las limitaciones – es posible reconocer a la construcción de una experiencia democrática brasileña (1945-1964) por medio de la consolidación de los partidos políticos, la mejora de los mecanismos electorales y de la expansión del electorado. En las elecciones de 1947, para el gobierno sur-rio-grandense, el anticomunismo católico permeó el proceso electoral. El presente trabajo tiene como objetivo comprender la influencia de la Iglesia Católica a través de los dictamen proclamados por la Liga Electoral Católica (LEC) en la propaganda político-partidaria del Partido Social Demócrata (PSD) y del Partido Laborista Brasileño (PTB) publicado en los periódicos *Correo del Pueblo* y *Diario de Noticias*.
Palavras clave: Liga Electoral Católica. Partido social demócrata. Partido Laborista brasileño. Elecciones. Rio Grande del Sur.

Recebido em 11/07/2019 - Aprovado em 01/08/2019

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo compreender a influência da Igreja Católica por meio dos ditames apregoados pela Liga Eleitoral Católica (LEC) na propaganda político-partidária do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) veiculada nos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*. A escolha dos respectivos periódicos justifica-se pelo fato de serem jornais de grande circulação no Rio Grande do Sul. Foram analisados os "*a pedidos*" e as "*páginas político-partidárias*",[2]publicações pagas pelos partidos ou particulares aos veículos de imprensa. Desse modo, o estudo preocupa-se com a produção e divulgação de ideias-força, sendo assim, não contemplando a questão da recepção. Ademais, a pesquisa não pretende analisar o campo jornalístico.

[2] Nas citações será mantida a grafia original.

A disputa eleitoral de 1946/1947 para governador do Rio Grande do Sul está inserida no período denominado "República Democrática (1945-1964)". Em outras palavras, trata-se do processo de consolidação de uma democracia representativa: a organização de partidos políticos nacionais, com programas e perfis ideológicos definidos; as práticas de mobilização eleitoral – os partidos como sendo os principais agentes – no campo e na cidade; a legislação eleitoral; e, a competição eleitoral. (GOMES; FERREIRA, 2018).

Para fins de compreensão da disputa eleitoral entre pessedistas e petebistas utilizaremos elementos do referencial teórico bourdieusiano: a teoria do campo político. De acordo com Sonia Regina de Mendonça e Virgínia Fontes (2012, p. 64-69), a utilização do pensamento sociológico de Pierre Bourdieu – o refinamento da análise referente as mediações entre sujeito e grupos sociais, as reflexões ligadas à dominação e sua reprodução, entre outras questões – contribuiu para a renovação da história política.

Entendemos que a perspectiva bourdieusiana do campo político – elaborada em um contexto liberal francês – torna-se apropriada para explicar as disputas nas instâncias formais de poder em contextos democráticos. Apesar das limitações inerentes a experiência democrática brasileira, o país no período entre 1945 a 1964 estava em processo de consolidação dos partidos políticos nacionais, aperfeiçoando os mecanismos eleitorais e contava com significativa ampliação do corpo eleitoral.

Assim, concordamos com a advertência de Céli Pinto (1996, p. 226), pois compreendemos que a formalização encontrada na teoria desenvolvida por Bourdieu não é limite para ser aplicada em realidades como a brasileira, mas ao contrário, é um instrumento particularmente útil para decantar alguns fenômenos que se apresentam de forma bastante nebulosa.

Nesse sentido, Luis Carlos dos Passos Martins (2017, p. 26) esclarece que

> a noção de campo não pode ser considerada como "o" objeto de análise (equívoco da ontologia dos conceitos) e sim um instrumento conceitual para construirmos e interpretarmos nosso objeto de pesquisa, a partir de determinadas características essenciais.

Segundo Pierre Bourdieu (1998, p. 164)

> o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários,

> conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de "consumidores", devem escolher.

O campo político é um espaço produtor de bens simbólicos, o qual se encontra envolvido na luta política pela definição legítima do mundo social: a construção social da realidade. A participação de uma determinada população na política depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso aos que os diferentes grupos têm a esses instrumentos. O campo político exerce uma censura ao limitar o universo do discurso político, pois quanto menores as possibilidade de acesso a tais instrumentos – materiais e culturais, principalmente o tempo livre e o capital cultural – maior será a concentração do capital político nas mãos de um grupo restrito, isto é, aparecendo como um monopólio de profissionais (BOURDIEU, 1998, p. 165).

De acordo com Letícia Canêdo (2017, p. 92), na concepção de Bourdieu, o campo político não prevê um "corte fatal entre profissionais e profanos", isto é, diferentemente dos campos de produção cultural e científica, não pode, pois, se libertar totalmente dos interesses sociais e dos grupos em nome dos quais a política se organiza. Os profissionais da representação agem em nome de representados que eles mesmos contribuíram para fazer existir e unificar – por exemplo, os "trabalhadores" – sendo assim, o campo político revela o conjunto de transações operadas entre esses dois lados, capazes de produzir e manter uma legitimidade na base da crença política.

No Rio Grande do Sul, a organização do sistema partidário – a partir de 1945 – ocorreu da articulação das correntes de oposição e de apoio a Getúlio Vargas. Inicialmente, tanto o Partido Social Democrático (PSD) como Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) organizaram-se pró-Getúlio. A forma como se consolidou o embate entre os partidos, diferenciando-se do que ocorria em âmbito nacional, deve ser destacado como elemento da peculiaridade política sul-rio-grandense. As primeiras experiências eleitorais em relação ao executivo estadual revelaram uma intensa disputa entre pessedistas e trabalhistas. O PSD aproximou-se de outros partidos, entre os quais: o Partido de Representação Popular (PRP), a União Democrática Nacional (UDN) e, posteriormente, o Partido Libertador (PL). Ademais, o PSD secção Rio Grande do Sul tornou-se gradativamente efetiva oposição a Vargas. O produto dessas disputas gerou crescente polarização reunindo os blocos PTB e anti-PTB e, em consequência, uma alternância no poder ao longo do período democrático.

A Liga Eleitoral Católica (LEC) e a propaganda político-partidária pessedista e trabalhista na disputa eleitoral para o executivo estadual (1946/1947)

As eleições de 1947 foram realizadas para os cargos de governador do Estado, senador e deputado estadual. Foram lançadas três candidaturas para o pleito majoritário estadual: Walter Jobim do PSD, apoiado pelo PRP e Partido Comunista Brasileiro (PCB); Alberto Pasqualini pelo PTB e Décio Martins Costa pelo PL com o apoio da UDN.

A disputa eleitoral esteve permeada pelo anticomunismo católico, sobretudo pela atuação da Liga Eleitoral Católica (LEC), que havia sido criada ainda em 1932 no Rio de Janeiro, por D. Sebastião Leme, objetivando mobilizar o eleitorado católico para fins de apoio aos candidatos comprometidos com a Doutrina Social da Igreja Católica no pleito eleitoral de 1933 para a Assembleia Constituinte.

O programa da LEC refletia duas questões elementares: a defesa dos direitos políticos da Igreja e a defesa de uma política de cunho social baseada nas Encíclicas. Foi definido – naquele contexto – um programa mínimo o qual foi apresentado para os candidatos. Entre outros itens constava o compromisso de preservar a ordem social contra atividades subversivas. Os candidatos que se comprometessem com o programa teriam seu nome aprovado pela LEC (ABREU, 2001).

A LEC exigia aos candidatos e partidos que não colaborassem com o comunismo nem nomeasse seus adeptos para qualquer cargo de direção no estado. Eram publicadas na imprensa listas de candidatos que se comprometiam com os postulados católicos.

Até que ponto o apoio da LEC revertia em votos? Conforme Carla Simone Rodeghero (2005, p. 4) ainda não foram realizadas pesquisas sobre a atuação da LEC no Rio Grande do Sul, ou seja, além das referências encontradas em trabalhos concernentes ao catolicismo no estado e que aborde a atuação específica da Liga em cada eleição, do levantamento de suas respectivas lideranças, dos resultados eleitorais obtidos e da maneira como ela era vista por eleitores, candidatos e partidos políticos.

Nas eleições de 1947, o caráter cristão dos partidos políticos e dos candidatos tornou-se premissa básica no que concerne à aceitabilidade frente ao eleitorado sul-rio-grandense. Tanto pessedistas quanto petebistas, por meio das "*páginas político-partidárias*" e "*a pedidos*", procuravam demonstrar o perfil cristão de seus programas e ao mesmo tempo, desqualificar os opositores, acusando-os de não possuírem tal perfil. Portanto, em uma perspectiva bourdieusiana trata-se do jogo de oposições e distinções inerente ao campo político.

De acordo com a página político-partidária do PSD, no jornal Diário de Notícias, o partido se autodenominava social, democrata e cristão.

> Sem ser um partido capitalista, sem ter quaisquer compromissos de formação ideológica com os princípios do liberalismo burguês, mas sendo, como é, social e democrático, busca atender, numa conciliação econômico-politica, de ordem iminentemente cristã, os interesses da produção, da distribuição e do consumo [...] não somos um partido de classe; somos e queremos ser, puro e simplesmente um partido do povo, sem para isso recorremos aos artifícios da nomenclatura. Seremos, assim, a força controladora da nação, e falaremos em nome do povo, protestaremos em nome do povo e faremos política em beneficio do povo, porque tal não constitui, privilégios de agitadores impenitentes, na sua faina de pregação demagógica. (*Diário de Notícias,* 11 de dezembro de 1946, p. 10).

O programa do PSD apregoava a "igualdade de oportunidades". De um lado, criticou o liberalismo exacerbado que é criador do "capitalismo pagão"; de outro, exortou qualquer afinidade com o comunismo, considerando-o "essencialmente mau". Encontram-se presentes, no discurso pessedista, acusações diretas ao PTB, caracterizando os petebistas como demagogos e adeptos do totalitarismo. Além disso, foram feitos ataques diretos ao candidato Alberto Pasqualini, sobretudo acusando-o de comunista (*Diário de Notícias*, 06 de dezembro de 1946, p. 08; *Diário de Notícias*, 08 de dezembro de 1946, p. 24; *Diário de Notícias*, 12 de janeiro de 1947, p. 11).

O social-reformismo encontrado na retórica do candidato petebista Alberto Pasqualini – no contexto que o anticomunismo manifestava-se como símbolo a pautar as disputas políticas – era associado ao comunismo pelos seus adversários. A luta política é a luta simbólica, assim como a dinâmica relacional é a construção da legitimidade de si por meio da deslegitimação do outro.

O PTB, por sua vez, via "*a pedido"*, intitulado: "O Rio Grande não precisa temer pelo dia de amanhã", acusa os adversários de utilizarem uma propaganda eleitoral "venenosa e desonesta" contra o candidato petebista. A propaganda política está permeada pelo binômio cristão/democrático: premissa elementar aos postulantes do cargo majoritário estadual. "[...] Sabe todo o povo do Rio Grande que ninguem é mais democrata e mais cristão do que Alberto Pasqualini [...]" (*Correio do Povo*, 11 de dezembro de 1946, p. 5).

Os petebistas defendiam-se das acusações dos seus adversários e utilizavam-se da mesma estratégia: o anticomunismo. A aproximação entre pessedistas e comunistas para o pleito de 19 de janeiro de 1947 era tema recorrente na propaganda petebista:

> Não será demais [...] advertir os senhores do PSD, mais uma vez, de que [...] o povo ficará sabendo [...] a QUEM os comunistas apoiarão realmente, bem como será informado de outros fatos que o PSD certamente não deseja ver revelados" (*Correio do Povo*, 14 de dezembro de 1946, p. 3).

O jornal *Correio do Povo* – no movimento político estadual[3] – noticiou que a LEC havia enviado aos candidatos ao pleito majoritário estadual sul-rio-grandense, bem como aos partidos políticos um ofício contendo os seus postulados mínimos, resumidos nos três seguintes itens:

> - Mantida, embora, a separação da Igreja do Estado, propugnará V. Excia. Pela colaboração de ambos, em prol do interesse coletivo [...] no que tange ao ensino e a assistencia social? – Seguirá V. Excia. no governo as diretrizes contidas nas enciclicas dos Sumos Pontifices relativamente a proteção da família, à educação da infancia e da mocidade, bem como no que diz respeito à natureza e à solução dos problemas economicos e sociais? – Rejeitará V. Excia. a colaboração em qualquer terreno com o comunismo ateu e impedirá dentro das leis vigentes a nomeação de adeptos do Partido Comunista Brasileiro para cargos de direção no governo do Estado e no magistrado publico? (*Correio do Povo*, 8 de dezembro de 1946, p. 24).

As primeiras respostas foram de Décio Martins Costa e de Alberto Pasqualini. O jornal Correio do Povo publicou as respostas dos candidatos a LEC. Assim, respondeu o candidato petebista Alberto Pasqualini,

[3] Conteúdo produzido pelo *Correio do Povo*. A última página do jornal reservada para as notas e notícias políticas estaduais.

> Senhor presidente da L.E.C. [...] Em resposta, tenho a honra de declarar a v. excia. que a materia do primeiro e do segundo quesito faz parte do programa que o P.T.B. executará na hipotese de vencer as eleições do Estado. Quanto ao terceiro quesito o assunto já foi objeto de deliberação partidaria, conforme poderá certificar-se v. excia. pelo teor do documento junto. A essa deliberação estou vinculado como candidato do Partido Trabalhista [...] (*Correio do Povo*, 10 de dezembro de 1946, p. 16).

À resposta, Alberto Pasqualini anexou o seguinte documento, assinado por José Vecchio, presidente estadual do PTB,

> Porto Alegre. 16 de novembro de 1946. Exmo. Sr. Dr. Alberto Pasqualini. DD. Candidato a Governador do Estado pelo P.T.B. – Nesta. A Comissão Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro secção do Rio Grande do Sul, hoje reunida para tratar de diversos assuntos de interesse do Partido, tem a honra de transmitir a v. excia. o teor da mocão aprovada pela Convenção do Partido, em II do mês corrente e em virtude da qual o Partido Trabalhista "jamais poderá aceitar o apoio oficial de partidos previstos no art. 25 do nosso estatuto partidario, isto é, de partidos de feição totalitaria e reconhecidamente reacionarios, materialistas e ateus". Em consequencia dessa resolução e do espirito que a ditou não poderá o futuro governo, na hipotese de vir a ser vitorioso o Partido Trabalhista, aceitar a colaboração de elementos extremistas, ressalvados os direitos que, por força da Constituição e das leis, assista a cada um quanto ao ingresso nos cargos públicos que não sejam de livre nomeação do governo. Sem mais, vale-se do ensejo para reiterar a v. excia. seus mais vivos protestos de elevada estima e profundo respeito. Muito atenciosamente: (ass.) José Vecchio, presidente (*Correio do Povo*, 10 de dezembro de 1946, p. 16).

Tardiamente, o PSD também se manifestou em relação aos postulados da LEC,

> Exmos. Srs. Drs. Raul Moreira e Edmundo Casado Marques , dd. Presidente e Secretário da LEC.
> [...] O Partido de que sou candidato, já em sua constituição, muito antes, de qualquer iniciativa da Liga Eleitoral Católica, inscrevia em seu programa todos os pontos fundamentais da doutrina cristã [...] podem VV.SS. estar certos de que, uma vez eleito Governador do Estado, jamais dispensarei a colaboração que a Igreja vem proporcionando [...] Julgando haver, por esta forma satisfeito a solicitação de VV. SS. Firmo-me com elevada estima e consideração. (a) – Walter Jobim (*Diário de Notícias*, 20 de dezembro de 1946, p. 14).

O PTB, em "*a pedido"*, assinado pelo Diretório Estadual do partido e intitulado "Aceitamos o desafio", responde ao PSD em virtude da acusação feita pelos "porta-vozes oficiais" desse partido – em propaganda radiofônica na Radio Farroupilha – a qual Pasqualini foi caracterizado como "contra Deus e a religião". Para os petebistas, se os seus adversários queriam transformar as eleições em uma campanha religiosa, mesmo contrariando a vontade de seu candidato, o PTB aceitaria o "desafio", dispostos a "provar quem, em verdade, sempre foi e ainda é contra Deus, contra a religião e contra a Igreja". Além disso, o partido afirma que dispõe de material "para desmascarar os falsos cristãos". Os petebistas ameaçavam divulgar artigos escritos "em outros tempos" pelo candidato pessedista e que eram editados em uma revista anticlerical no município de Santa Maria (*Correio do Povo*, 1 de janeiro de 1947, p. 5).

> Quem é contra Deus, contra a Religião, contra a Igreja e contra o Clero, não é Alberto Pasqualini, mas sim alguem que hoje veste pele de cordeiro para atrair o voto dos catolicos e que em outros tempos, em escritos publicados numa revista anti-clerical que se editava em Santa Maria, fez virulenta campanha contra a Igreja Catolica e seus dignos Sacerdotes. Temos todos esses artigos em nosso poder e os publicaremos se quiserem levar a luta para esse terreno (*Correio do Povo*, 1 de janeiro de 1947, p. 5).

Conforme João Batista Carvalho da Cruz (2010, p. 143), é admissível que Walter Jobim estivesse – de fato – em plena campanha pelo interior do Rio Grande do Sul, porém é razoável pensar que sua significativa demora em responder os postulados da

LEC tivesse um "embaraço resultante da postura que até então mantivera acerca da Igreja Católica". Não obstante, no jogo político – o qual necessita-se conquistar a adesão do eleitor – a atuação dos profissionais não pode afastar-se totalmente dos interesses sociais. Para Carlos Cortés (2007, p. 197): "[...] Buscando votos católicos, o antigamente anticlerical Jobim defendeu, com vigor, uma série de exigências postas pela Liga Eleitoral Católica".

As direções partidárias (UDN, PL, PSD, PRP e PTB) posicionaram-se de forma favorável aos três requisitos. Destarte, a LEC proclamou ao eleitorado sul-rio-grandense ser lícito aos católicos votarem em qualquer um dos candidatos das respectivas siglas. Todavia, os católicos "sob pena de violar um grave dever de consciência", não poderiam votar "[...] nos candidatos do Partido da Esquerda Democrática e do Partido Comunista Brasileiro", pois "[...] o programa destes partidos se acha em flagrante e irredutível oposição à doutrina católica" (*Correio do Povo*, 22 de dezembro de 1946, p. 22).

Em campanha pelo interior do Estado, o candidato Alberto Pasqualini expôs sua doutrina visando dar clareza às colocações de conteúdo programático e doutrinário. No comício realizado em 14 de dezembro de 1946, no município de Caxias do Sul, Pasqualini transmitiu o seu pensamento político.[4] Refutou o "capitalismo individualista" e o "totalitarismo comunista" – demonstrou posição contrária à coletivização dos meios de produção no Brasil – e fez referência à existência de um "capitalismo solidarista" por meio de legislação justa que regule o capital e o trabalho. Pasqualini ressaltou a incompatibilidade do trabalhismo com o comunismo e afirmou que a sua doutrina estava permeada pelo pensamento cristão, com embasamento nas encíclicas sociais da Igreja Católica. Por fim, defendeu uma política de "crédito agrícola" para os pequenos produtores e respectivas cooperativas (*Diário de Notícias*, 17 de dezembro de 1946, p. 2-9).

A extensão da legislação trabalhista ao trabalhador do campo esteve presente na propaganda do PTB. Destacavam-se em suas bases programáticas dois aspectos: a justiça social e o combate ao êxodo rural. A planificação econômica deveria atingir todos os setores e, no mundo rural, o objetivo central era o combate à concentração da propriedade. Pasqualini critica o Estado pela pouca assistência oferecida à pequena agricultura. A assistência estatal aos pequenos produtores seria elementar para enfrentar o problema da pobreza, assim como evitar um conflito de classe. Para Marluza Marques Harres (2014, p. 131): "[...] Em nenhum momento, o direito à propriedade era questionado: a proposição apenas estava apoiada na ideia de sua limitação, respeitando a ideia da função social da terra".

[4] O discurso foi utilizado por Alberto Pasqualini para compor o segundo capítulo de seu livro "Bases e sugestões para uma política social", com pequenas alterações, cuja primeira edição foi publicada pela Livraria do Globo de Porto Alegre em 1948.

Já o PSD, em relação ao êxodo rural, posicionou-se a fim de:

> conter a massa no campo. A permanência do trabalhador no campo era, segundo a perspectiva do PSD, tanto um fator de progresso para o setor primário e, por extensão, para o secundário, quanto era um fator de estabilidade social. Em contrapartida, a evasão para as cidades era conhecida como um elemento que contribuía para a perturbação da ordem. A emergência da massa, tanto a urbana como a rural, era um dado político novo que se apresentava frente à democratização do voto. Os partidos, na sua busca de respaldo político, preocupavam-se com a presença da massa e buscavam controlá-la (PESAVENTO, 1990, p. 126-127).

Em um "*a pedido*" petebista – foi reproduzido o discurso pronunciado pelo "líder católico" e candidato à deputado estadual – professor Ernani Alvares Cardoso – enfatizando-se, sobretudo o "aspecto religioso da candidatura trabalhista". Evidencia-se a preocupação do PTB quanto a estratégia anticomunista de seus adversários e as implicações na candidatura Pasqualini: "Cabe à Liga Eleitoral Católica, e nunca jamais aos competidores políticos, cominar ou sancionar o aspecto religioso das candidaturas. Os que assim não procedem, se são católicos, estão a trair a própria Igreja [...]" (*Correio do Povo*, 20 de dezembro de 1946, p. 6).

Conforme Rodeghero (1998, p. 109), reconhecia-se a "autoridade da Igreja" nesse campo e acreditava-se "no poder de mobilização e na eficácia de tais manifestações". Pessedistas e petebistas buscavam representar para a coletividade – com ênfase no "caráter cristão" de suas diretrizes políticas – aquilo que dava sentido à sociedade sul-rio-grandense naquele contexto: os valores cristãos, sobretudo os arraigados no espaço rural, devido à forte influência da Igreja Católica.

É possível afirmar que havia uma luta simbólica – entre os dois partidos – pela conservação do mundo social e que ambos os partidos classificavam-se como legítimos, assim como almejavam o reconhecimento social. De acordo com Bourdieu (1998, p. 163-202), o "campo" é constituído por um espaço social relativamente autônomo, pois as disputas que se desenvolvem internamente têm uma lógica própria, mesmo que resultado das lutas externas ao campo contribua significativamente no desfecho das relações de força internas. As ideias propostas no campo político obedecem a um jogo duplo: à pressão dos externos e as lutas internas.

Ao observar a atuação da LEC nas eleições e a campanha eleitoral dos partidos identifica-se a interação de agentes de campos distintos: o religioso e o político. De um lado, a LEC atuando praticamente como um partido político. De outro, os partidos e candidatos utilizando-se dos discursos produzidos pela Igreja Católica.

A candidatura petebista e a união da UDN-PL em torno do candidato Décio Martins Costa fizeram com que o PSD buscasse novas alianças, obtendo o apoio de dois partidos programaticamente opostos: o PRP e o PCB. O apoio do PRP ao candidato Walter Jobim ocorreu em fins de dezembro de 1946. O *Correio do Povo* – nas notas políticas estaduais – noticiou a Assembleia do PRP cujo assunto girou em torno da atitude do partido acerca dos candidatos ao governo do Estado. "[...] Foram realizadas ontem três sessões pela manhã, pela tarde e de noite, nada ficando resolvido [...]" (*Correio do Povo*, 28 de dezembro de 1946, p. 12).

Findada a Assembleia perrepista – ocorrida nos dias 27 e 28 de dezembro – os membros do Diretório Estadual do partido proclamaram o apoio ao candidato Walter Jobim. A exposição de motivos foi reproduzida na imprensa escrita, considerando entre outros pontos: "a defesa e aperfeiçoamento da ordem social cristã", "a necessidade de estabilizar o regime democrático nascente", bem como "o progresso e a paz política do Rio Grande do Sul". (*Correio do Povo*, 29 de dezembro de 1946, p. 22). Segundo Maria Amélia Soares Dias da Costa (1983, p. 98-100), o PRP apoiou a candidatura Walter Jobim (PSD) em troca de cargos na administração estadual.

Já o PCB aparece tardiamente no cenário político – em janeiro de 1947 – com uma eventual candidatura própria ao pleito majoritário estadual. Assim, noticiou o jornal *Correio do Povo*: "O Partido Comunista concorrerá às eleições com candidato próprio à governança do Estado, o Dr. Julio Teixeira". A notícia repercutiu nos círculos políticos. Porém, o jornal trazia uma ressalva: "A homologação da candidatura comunista pelo T. R. E. ainda não foi decidida, pois o processo foi convertido em diligencia, até 8 do corrente, pois o dr. Julio Teixeira já encontrava registrado como candidato à Constituinte Estadual". (*Correio do Povo*, 7 de janeiro de 1947, p. 6).

O jornal *Correio do Povo*, na edição de 14 de janeiro de 1947, noticiava que no comício do PCB – 12 de janeiro – no largo da Prefeitura de Porto Alegre, o senador Luiz Carlos Prestes anunciou oficialmente o apoio do PCB à candidatura Walter Jobim. De acordo com a nota produzida pelo PCB e reproduzida pela imprensa escrita o apoio à candidatura pessedista: "[...] tem a finalidade de unir forças democráticas para a liquidação definitiva do "getulismo" e para o reforçamento da democracia em nosso Estado" (*Correio do Povo*, 14 de janeiro de 1947, p. 8).

Na mesma edição do jornal, foram publicadas duas notas. Na primeira, a Junta Estadual da Liga Eleitoral Católica declarava peremptoriamente que "não modificou sua

atitude em relação ao Partido Social Democrático e ao seu candidato, dr. Walter Jobim, tendo em vista o gesto de enérgica repulsa, com que ambos responderam à manifestação de apoio do Partido Comunista". Na segunda, a Comissão Executiva do PSD rechaçou o apoio comunista (*Correio do Povo*, 14 de janeiro de 1947, p. 8).

Portanto, embora o apoio do PCB ao candidato Walter Jobim fosse público, os pessedistas rejeitaram peremptoriamente tal apoio por receio de entrar em atrito com a Igreja Católica, uma vez que a LEC orientava o eleitorado católico a não votar em candidatos esquerdistas, sobretudo do Partido Comunista Brasileiro.

Assim, dizia a nota do PSD, intitulada "Ao Povo do Rio Grande",

> Surpreendidos com o discurso pronunciado, ontem, pelo sr. Luiz Carlos Prestes, aconselhando o Partido Comunista a votar no candidato do Partido Social Democratico, e, apezar de o proprio orador haver manifestado que apoio era espontâneo e gratuito, a Comissão Executiva do P.S.D. e o seu candidato, no intuito de esclarecer a opinião pública, declaram:
> 1º - que não fizeram nem farão acordo de qualquer especie com a corrente comunista;
> 2º - que muito embora não possam impedir o voto de qualquer eleitor a um candidato, o apoio, ora oferecido, pelo P.C.B. não foi de nenhuma forma solicitado e ora aqui expressamente o recusam o programa do P.S.D. ; e se porventura se tornasse necessaria colaboração do Partido Comunista do Brasil, prefeririam a derrota, a ver o Governo do Rio Grande do Sul sob influencia da orientação comunista;
> 3º - que confirmam suas reiteradas e publicas declarações de repudio integral às teorias marxistas que continuarão, por considera-las anti-cristãs e intrinsicamente más;
> 4º - finalmente, que reafirmam em todo o seu conteudo os termos das suas respostas à Liga Eleitoral Catolica, inclusive a respeito do programa comunista.
> Porto Alegre, 13 de janeiro de 1947.
> Ass.: Walter Jobim, Oscar Fontoura e F. Brochado da Rocha (*Correio do Povo*, 14 de janeiro de 1947, p. 8).

Pode-se averiguar, por meio das propagandas político-partidárias veiculadas na imprensa escrita, o repúdio público pessedista concernente ao apoio comunista. Não obstante, é razoável inferir que o PSD procurou novas alianças com o intuito de conter a candidatura Pasqualini.

De acordo com Miguel Bodea (1992, p. 39),

> Para o PC tratava-se de combater o social-reformismo de Pasqualini e evitar, sobretudo, que o trabalhismo se consolidasse ao nível do movimento sindical gaúcho [...] o PRP, por sua vez, foi sensibilizado a entrar em acordo com o PSD por razões diametralmente opostas: tratava-se de combater o perigo "vermelho" que representaria a candidatura Pasqualini. Com forte penetração entre os pequenos e médios proprietários agrícolas das zonas de colonização alemã e italiana, o PRP ficaria encarregado de bloquear o avanço pasqualinista nas camadas médias e baixas do mundo rural, enquanto o PC procuraria dificultar-lhe a caminhada no meio operário urbano.

Para Mauro Gaglietti (2007, p. 138-143), os motivos do apoio comunista dado ao PSD vão além da interpretação de Bodea. Analisando os anais da Assembleia Legislativa (1947), o autor refere-se a um "acerto de contas" no parlamento estadual, ou seja, os deputados do PTB e do PL queriam esclarecimentos em relação à adesão do PCB à candidatura Walter Jobim. As explicações foram dadas pelo deputado Dyonélio Machado – líder do PCB – que por meio de seus discursos descreve as negociações e os entendimentos que ele próprio tivera, como representante do partido, com os três candidatos ao governo do estado.

De acordo com Gaglietti (2007, p. 140-142),

> É interessante notar que, no final de 1946, o PCB formulou os três pontos básicos do seu programa eleitoral: 1) a defesa da autonomia de Porto Alegre por meio de eleições diretas para prefeito; 2) o respeito à Constituição aprovada em 18 de setembro de 1946; 3) a manutenção da existência legal do PCB. Essa plataforma serviu de parâmetro que Dyonélio Machado estabeleceu, na condição de dirigente comunista, com os três candidatos ao governo do Rio Grande do Sul [...]

> a articulação política feita pelos representantes da sigla visava, exclusivamente, conseguir um aliado de ocasião – isto é, constituir uma aliança pragmática -, que se comprometesse com a defesa do direito legal de atuação legal do PCB. No mesmo pronunciamento, o líder da bancada do PCB apresenta os motivos que teriam levado os comunistas a apoiar Walter Jobim: "o passado político do candidato", a sua "tradição democrática" e o seu "interesse na eletrificação do estado como ponto de apoio para o desenvolvimento econômico do mesmo" [...] O PCB procurava, assim, comprometer um candidato que possuísse fortes chances eleitorais com a defesa da legalidade para o Partido Comunista do Brasil.

O respectivo autor (2007, p. 140) também cita o registro que faz Dyonélio Machado sobre um suposto "acordo secreto" com o PTB,

> Dyonélio, na oportunidade, registra aquilo que é negado pelos líderes do PTB: o fato de que Pasqualini buscava somente os votos da base eleitoral do PCB. De acordo com o parlamentar comunista, o PTB colocara como condição, para firmar uma aliança oficial com a direção do PCB, que essa união não se tornasse pública. Tal articulação havia ocorrido, conforme depoimento do deputado comunista, em uma conversa que tivera com Pasqualini [...]

Evidentemente que é a versão do líder comunista. Todavia, por tudo o que já foi exposto no presente trabalho, evidencia-se que tanto pessedistas quanto petebistas tinham noção sobre os benefícios de um eventual apoio comunista. Lembra Bourdieu (1998, p. 184-185) que no jogo político os partidos buscam o "alargamento da clientela" em detrimento da "pureza" de seu programa. Da mesma forma, o PSD e o PTB compreendiam – em um contexto marcado pelo anticomunismo, sobretudo católico – que a exposição pública desse eventual apoio poderia ter implicações negativas nas suas respectivas campanhas eleitorais.

O anticomunismo permeou o processo eleitoral local no Rio Grande do Sul e esta estratégia fora utilizada pelos dois partidos, para auferir votos. A atitude de Luís Carlos Prestes, figura exponencial do comunismo brasileiro, de apoiar Walter Jobim foi

utilizada intensivamente pelos petebistas como arma política contra o PSD. Cabe ressaltar que não encontramos o anticomunismo petebista como estratégia eleitoral em detrimento do PSD nos trabalhos que formam o panorama básico da história política do Rio Grande do Sul do respectivo período: Cortés (1974), Bodea (1992) e Cánepa (2000). Ao contrário, é mencionado somente o anticomunismo do PSD contra o PTB nas campanhas eleitorais.

O anticomunismo pode ser entendido como uma espécie de mescla entre oportunismo e convicções políticas em um contexto de Guerra Fria. Não obstante, o que interessa é que o discurso anticomunista encontrava ressonância na sociedade sul-rio-grandense. Para Anício Rech (1998, p. 45-46), no período entre 1945 e 1964, o anticomunismo obteve um grande grau de sucesso. A prédica anticomunista encontrava receptividade nas mentes preocupadas, que viam a iminência do advento do comunismo em qualquer movimento social ou ideia mais progressista.

Na "*página político-partidária do PTB*", no jornal *Diário de Notícias*, foi publicada uma matéria intitulada "Tenebrosa e Sinistra Aliança" que denunciava o acordo pessedista tanto com os integralistas quanto com os comunistas para desestabilizar a democracia no Estado.

> Valter Jobim é o candidato que, mais próximo do pensamento oculto da ação partidária ostensiva dos defensores do credo vermelho no Brasil, deve merecer os sufrágios do partido que funciona como um anexo da organização internacional de Moscou (*Diário de Notícias*, 14 de janeiro de 1947, p. 13).

Os petebistas apelaram ao eleitorado sul-rio-grandense, em tom de alerta: "Prestes ordenou ao Rio Grande que votasse contra Getulio Vargas. Gaúcho, não permitas que tua terra seja equiparada a uma província soviética. Vota a favor de Getulio Vargas, vota em Alberto Pasqualini" (*Diário de Notícias*, 14 de janeiro de 1947, p. 13).

Na "*página político-partidária petebista*", no jornal *Diário de Notícias*, é notório o anticomunismo.

> Não podendo, de forma alguma, atacar Pasqualini em seu notável programa, impotentes ante a avalanche trabalhista que domina todo o Rio Grande do Sul, resolveram, então, os inescrupulosos, usar o velho truque, tão comum, de acoimar de comunista todos aqueles que discordassem de suas idéias. Enfim, tudo fizeram os nossos desesperados adversários do

> PSD para conseguir afastar um concorrente incomodo. E que aconteceu? Aconteceu o que aí está: o sr. Valter Jobim apoiado, franca e irrestritamente, pelos comunistas! Quer isso dizer que o candidato que mais se aproxima dos interesses ocultos dos comunistas é o mesmo candidato do PSD, partido que se diz cristão (*Diário de Notícias*, 15 de janeiro de 1947, p. 05).

Já na "*página político-partidária do PSD*", no *Diário de Notícias*, este partido defendeu-se de tais acusações, sobretudo repudiando o apoio de Prestes e indo além, ao insinuar que o apoio público do líder comunista seria premeditado, com objetivo de melhorar a imagem de Alberto Pasqualini perante o eleitorado católico, em detrimento de Walter Jobim.

Afirmava a propaganda pessedista:

> O sr. Pasqualini se diz anti-comunista. Sim, porque ele é um moço inteligente. Ele sabe, e também o mestre Prestes, que o Rio Grande não aceita um [...] comunista; que pelo contrário, uma das qualidades que dever ter um cidadão, para merecer confiança do gaúcho é ser anti-comunista (*Diário de Notícias*, 15 de janeiro de 1947, p. 09).

No entanto, os petebistas persistiram sistematicamente na acusação referente ao apoio dos comunistas à candidatura pessedista. Tanto que o seu principal *slogan* no período centrava-se na necessidade de votar em Pasqualini para salvaguardar o Brasil e o Rio Grande do Sul da influência comunista (*Diário de Notícias*, 16 de janeiro de 1947, p. 08).

Apesar de um processo vertiginoso de crescimento da população urbana, sobretudo a partir da década de 1950, a maior parte da população do Rio Grande do Sul vivia no meio rural e era fortemente influenciada pela Igreja Católica. As transformações socioculturais advindas da modernização da agricultura faziam com que a Igreja reagisse frente a tais mudanças, com o intuito de manter sua influência diante das populações rurais. Também, o processo de laicização - separação do Estado da Igreja - e de secularização - perda ou enfraquecimento dos valores religiosos cristãos na vida dos fiéis - fizeram com que a Igreja se manifestasse diante dessas mudanças.

Tabela 1 – População urbana e rural no do Rio Grande do Sul - 1940-60.

Ano	Urbana	(%)	Rural	(%)	Total
1940	1.034.395	31,15	2.286.294	68,85	3.320.689
1950	1.421.980	34,14	2.742.841	65,86	4.164.821
1960	2.418.969	44,89	2.969.690	55,11	5.388.659

Fonte: (SOARES, 2007, p. 300).

A laicização e a secularização eram entendidas como causadoras dos males enfrentados pela humanidade, tais como as guerras, as injustiças, a destruição das famílias, etc. Tudo isso seria um campo fértil para o surgimento de um mal maior: o comunismo. Portanto, justifica-se a preocupação dos políticos que, almejando a popularidade entre as comunidades rurais, deveriam afastar-se de qualquer relação que os remetesse ao comunismo (RODEGHERO, 1998, p. 136).

Segundo Rodeghero (1998, p. 109),

> Ser católico e ser anticomunista eram virtudes fundamentais a ser cultivadas por aqueles que se envolvessem em política, por isso, os candidatos procuravam deixar clara a sua identidade católica anticomunista nas suas falas, o que também ocorreu nas designações dos grupos que mandavam publicar manifestos e propagandas no jornal sem se identificarem ou revelarem o partido a que pertenciam.

As zonas de colonização italiana e alemã, do Rio Grande do Sul, foram cenários de embates diretos entre pessedistas e petebistas. Nos "*a pedidos"* publicados nos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, notabilizou-se avultado número de cobertura de comícios e discussões girando em torno da questão colonial.

Para Rodeghero (1998, p. 110) havia uma identificação do clero e da população rural na zona colonial com o "conservadorismo" político expresso no "anticomunismo". A influência católica sobre as populações rurais, por exemplo, da zona colonial, contribuiu significativamente para dar-lhes um "perfil político conservador". Nesse sentido, os candidatos conheciam a ligação "anticomunismo-Igreja-população rural" da zona colonial, por isso, usavam-na a seu favor.

De acordo com Bodea (1992, p. 39), o PSD utilizou-se da estratégia do "cerco religioso" à candidatura Pasqualini, por meio da atuação do clero principalmente nas áreas rurais. Conforme o mesmo autor (1992, p. 50), "[...] A disputa mais renhida travava-

se na chamada 'Zona Colonial', onde o PTB procurava furar [...] o bloqueio imposto ao trabalhismo pela aliança PSD-PRP e pelo clero católico [...]".

Os últimos dias de campanha política pessedista giraram em torno do repúdio aos comunistas. Pela primeira vez, a propaganda política é estampada na capa do jornal *Diário de Notícias*, espaço habitualmente reservado às notícias internacionais. Destacou-se uma imagem de Walter Jobim e o *slogan* "Rio-Grandense: Este é o teu governador", seguindo-se frases de aversão ao apoio comunista e a transcrição de uma nota da LEC afirmando não ter alterado sua posição em relação ao respectivo candidato devido à repulsa deste a qualquer tipo de aproximação com o comunismo (*Diário de Notícias*, 16 de janeiro de 1947, p. capa; *Diário de Notícias*, 17 de janeiro de 1947, p. capa; *Diário de Notícias*, 18 de janeiro, p. capa; *Diário de Notícias*, 19 de janeiro de 1947, p. capa).

Considerações finais

A partir do exposto é possível compreender a disputa eleitoral entre pessedistas e petebistas à luz das ideias elaboradas por Bourdieu. Tendo em vista que ambos os partidos procuraram produzir e manipular símbolos com a finalidade de legitimação do mundo social. A produção da propaganda eleitoral buscou convencer os profanos (eleitorado) em relação às respectivas propostas apresentadas. A Guerra Fria e o perfil anticomunista – principalmente católico – da população sul-rio-grandense, assim como o novo contexto institucional – a democratização – forjaram as propagandas eleitorais dos partidos e o discurso dos candidatos.

Torna-se perceptível a lógica relacional conflitiva entre os partidos e candidatos por meio do jogo de oposições e distinções. Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1998, p. 178): "[...] Os partidos [...] só tem existência relacional e seria vão tentar definir o que eles são e o que eles professam independentemente daquilo que são e professam os seus concorrentes no seio do mesmo campo".

No decorrer do trabalho foi possível identificar a influência externa sobre o campo político. Os partidos buscaram legitimar-se – via propaganda eleitoral veiculada na imprensa escrita – como possuidores de valores "cristãos", sobretudo, no âmbito da diferenciação de um em relação ao outro. Pode-se constatar que o anticomunismo católico foi incorporado pelos partidos. Em outras palavras, a influência externa no jogo político entre os profissionais: a relação/interação entre os campos, nesse caso, o político e o religioso. De um lado, a LEC atuando praticamente como um partido político. De outro, os partidos e candidatos utilizando-se dos discursos produzidos pela Igreja Católica.

Já concernente ao anticomunismo, a campanha eleitoral do PSD e do PTB balançava-se entre a negação e a acusação concernente ao estigma vermelho, ou seja, o

"comunismo". A luta política também é simbólica, assim como a dinâmica relacional é a construção da legitimidade de si por meio da deslegitimação do outro. Em outras palavras, o anticomunismo permeou a disputa eleitoral no Rio Grande do Sul e esta estratégia fora utilizada pelos dois lados da contenda.

Fontes

Correio do Povo

Correio do Povo, 8 de dezembro de 1946, p. 24.

Correio do Povo, 10 de dezembro de 1946, p. 16.

Correio do Povo, 11 de dezembro de 1946, p. 5.

Correio do Povo, 14 de dezembro de 1946, p. 3.

Correio do Povo, 20 de dezembro de 1946, p. 6.

Correio do Povo, 22 de dezembro de 1946, p. 22.

Correio do Povo, 28 de dezembro de 1946, p. 12.

Correio do Povo, 29 de dezembro de 1946, p. 22.

Correio do Povo, 1 de janeiro de 1947, p. 5.

Correio do Povo, 7 de janeiro de 1947, p. 6.

Correio do Povo, 14 de janeiro de 1947, p. 8.

Diário de Notícias

Diário de Notícias, 06 de dezembro de 1946, p. 08.

Diário de Notícias, 08 de dezembro de 1946, p. 24.

Diário de Notícias, 11 de dezembro de 1946, p. 10.

Diário de Notícias, 17 de dezembro de 1946, p. 2-9.

Diário de Notícias, 20 de dezembro de 1946, p. 14.

Diário de Notícias, 12 de janeiro de 1947, p. 11.

Diário de Notícias, 14 de janeiro de 1947, p. 13.

Diário de Notícias, 15 de janeiro de 1947, p. 05.

Diário de Notícias, 15 de janeiro de 1947, p. 09.

Diário de Notícias, 16 de janeiro de 1947, p. 08.

Diário de Notícias, 16 de janeiro de 1947, p. capa.

Diário de Notícias, 17 de janeiro de 1947, p. capa.

Diário de Notícias, 18 de janeiro, p. capa.

Diário de Notícias, 19 de janeiro de 1947, p. capa.

Referências

ABREU, Alzira Alves [et al] (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-30*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011, p. 3118-3119 (Verbete Liga Eleitoral Católica).

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ediufrgs, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CÂNEDO, Letícia Bicalho. Campo Político. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.]. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 90-93.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política:* a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1964). Porto Alegre: Ediufrgs, 2005.

CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha 1930-1964*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

COSTA, Maria Amélia Soares Dias Da. *Reorganização partidária e prática democrática no Rio Grande do Sul de 1945 a 1950*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 1983. 98-100p.

CRUZ, João Batista Carvalho da. *Da formação ao desafio das urnas*: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2010. 143p.

GAGLIETTI, Mauro. *Dyonélio Machado e Raul Pilla*: médicos na política. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; Edipucrs, 2007.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: una democracia representativa en consolidación. In: *Revista Estudios del ISHiR*. Argentina. Año 8, Número 20, 2018, pp. 53-74. Disponível em: <http://revista.ishir-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaISHIR> Acesso em: 6 de maio de 2019.

HARRES, Marluza Marques. *Estratégias trabalhistas para o mundo rural*: Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014. 131p.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História e Sociologia: um debate sobre o uso dos conceitos na análise da imprensa pela historiografia no segundo governo Vargas. In: MARTINS, Luis Carlos dos Passos (Org.). *Pensar a história com e além de Bourdieu*: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora Fi, 2017, p. 19-32.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 55-71.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990. 126-127p.

PINTO, Céli Regina Jardim. O poder e o político na teoria dos campos. In: *Veritas*: revista trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, Porto Alegre, vol. 41, n. 162, junho de 1996, p. 221-227.

RECH, Anício. *Os caminhos de uma eleição*: o PTB e o discurso do candidato Michaelsen. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica – PUCRS, Porto Alegre, RS, 1998. 45-46p.

RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é Vermelho:* Imaginário Anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: Ediupf, 1998.

_____, Carla Simone. Confrontos no pós-guerra – o anticomunismo e as eleições de 1945 e 1947 em Porto Alegre. *Revista História Hoje* (São Paulo), v. 3, p. 3-27, 2005.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanização (1930-85). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. República da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, 2007. V. 4, p. 291 – 313.